



DESTAQUE APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO

Paula Nunes



Vítor Gaspar disse que "Portugal e a Irlanda serão - de acordo com o princípio de igualdade de tratamento" - "beneficiados pelas condições abertas no quadro do FEEF".

ANÁLISE INGREDIENTES PARA O INSUCESSO

Uma missão (quase) impossível

A.DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Na altura em que escrevo estas linhas está prestes a ser votado o OE/13, o mais severo da história da democracia portuguesa. Sem novidade, os deputados da maioria e da oposição esgrimem os habituais argumentos da dialética política, com o acento tónico nas acusações mútuas e na recordação das heranças do passado.

Trata-se de um documento que representa um garrote sem limites às famílias e às empresas. Este Orçamento não nos tira da crise e, pior, não tem sequer associado uma ténue luz de optimismo. Este Orçamento é sinónimo de múltiplos riscos e incertezas.

O processo de aperfeiçoamento do documento em sede parlamentar esteve muito longe do desejado. E nem os esforços de última hora, a redução em meio por cento da sobretaxa de IRS e o anunciado "choque fiscal" no IRC, conseguem atenuar o amargo de boca que todos sentem. A sobretaxa de 3,5% continua a ser um demolidor aumento de impostos e não é do dia para a noite que o fragilizado tecido empresarial português vai conseguir captar investimento. Aliás, outra coisa não seria de esperar. Após um ano a secar a economia, não é com um passe de mágica que se reanimam setores paralisados.

Já aqui escrevi, mas torno a reiterar: as sequelas da terapia prescrita pela 'troika' e exacerbada pelo Governo vão repercutir-se severamente, nos próximos anos, na estrutura económica e social.

Ainda ontem, um prestigiado economista belga, de passagem pelo nosso país, e que se diz amigo do ministro das Finanças, afirmou que Vítor Gaspar "exagerou na austeridade" e que se a receita falhar, Portugal arrisca-se a cair numa situação de insolvência. Mais alarmante do que esta insuspeita advertência, a somar a outras, é impossível. Mas há mais. O fenómeno de implosão da classe média portuguesa é, seguindo este rumo, irreversível. Sem querer fazer futurologia, será necessário muito tempo para recuperar a dinâmica económica.

O erro capital deste Governo foi ter insistido em cortar com firmeza no músculo e mostrar tibieza em reduzir as gorduras. O trabalho do ministro das Finanças foi tudo menos cirúrgico. O consumo privado cai a pique, as receitas fiscais não são reanimadas e só o recurso a receitas extraordinárias pode permitir cumprir, artificialmente, o défice.

Chegámos a um ponto em que sempre que se anuncia um novo relatório de execução orçamental, ficamos todos com o coração nas mãos. A incerteza que reina na União Europeia, com a crise a chegar a França e a deteriorar-se na vizinha Espanha, faz temer um cenário ainda mais negro.

O balanço do primeiro trimestre de 2013, já à luz do novo documento que o Parlamento viabilizou, será crucial. O tira teimas. Se os resultados previstos voltarem a falhar, tal como tem acontecido com as previsões, então este Governo estará num beco sem saída. Sem retorno e sem margem para nova oportunidade.

O que menos precisávamos era que num momento de emergência nacional surgisse um cenário de instabilidade política. Mas a incompetência e a teimosia têm limites. O OE/13 reúne todos os ingredientes para o insucesso. Uma verdadeira missão (quase) impossível. ■

Artigo redigido segundo o Novo Acordo Ortográfico

Portugal avisado para não exigir melhorias do resgate grego

Dublin distanciou-se do acordo grego deixando Portugal no dilema da colagem à Grécia. Gaspar já abriu uma porta mas pode escolher só algumas vantagens.

Luis Rego em Bruxelas
luis.rego@economico.pt

Por motivos reputacionais, Portugal e Irlanda foram avisados para ponderar bem antes de reclamar todas condições de redução de dívida oferecidas à Grécia no Eurogrupo ontem de madrugada. Atenas vai ter acesso a uma ligeira redução de 0,1 pontos nos seus juros, uma extensão de 15 anos nas maturidades médias e de dez anos no período de carência dos juros. Mas a declaração do Eurogrupo é omissa quanto a benefícios para os outros países do programa, que não foram discutidos dentro da reunião.

O presidente do Eurogrupo, Jean-Claude Juncker, falou de aplicar as "mesmas regras", mas não disse quais. Há abertura nesse sentido, resta saber que os países o querem. É neste quadro que as declarações do ministro Vítor Gaspar no Parlamento, onde invocou o princípio de igualdade de tratamento, causaram "estranheza" entre alguns responsáveis em Bruxelas, para quem estes países deviam "aproveitar esta oportunidade para se distanciar" da Grécia.

Ao abrir agora um debate sobre igual tratamento o Governo "deve ter cuidado com a sua imagem" quando "não quer e não tem sido tratado" como a Grécia, explica uma fonte europeia. Outro responsável europeu, que participou no encontro, sublinhou que "Portugal e Irlanda estão bem, não é claro que precisem disto [melhorias] e os seus ministros têm de decidir se querem pedir o mesmo" tratamento.

A Irlanda já está a fazer esse percurso, recusando de forma ostensiva obter quaisquer benefícios do acordo para a Grécia. O ministro irlandês, Michael Noonan, já tinha dito que as condições do empréstimo à Irlanda não iam sofrer "nenhuma consequência" do acordo com a Grécia. Ontem o primeiro-ministro irlandês, Enda Kenny, disse que a Irlanda está à procura de condições diferentes das obtidas por Atenas. Dublin não vai pedir equivalências e vai usar isso como trunfo para obter cedências na renegociação de parte da dívida assumida com o AngloIrish, porque "essa sim, coloca um grande desafio" aos contribuintes irlandeses: três mil milhões por ano, a começar em Março de 2013. Tanto para Portugal como para a Irlanda, a descida de juros de dez pontos base apenas significa algumas centenas de milhões. Mas adiar o pagamento de juros tem vantagens. O analista do Danske Bank, Owen Callan, calcula uma poupança de 12,5 mil milhões, 8% do PIB, dos défices na próxima década se Dublin aceitasse pedir a mesma derrogação de dez anos no reembolso dos juros do empréstimo.

Corte de juros sim, maturidade e carência não

O presidente do Eurogrupo garantiu que "as mesmas regras terão de ser aplicadas a outros países sob programa", o que será decidido na "próxima reunião", a 3 de Dezembro. Mas quando questionado pelos jornalistas portugueses a que regras se referia, Juncker limitou-se a dizer: "Se há alguém amigo de Portugal e Irlanda sou eu" e, por isso, "vou fazer com que isto seja satisfatório para os desejos" dos seus ministros.

Esse desejo pode ser selectivo. Um alto responsável europeu disse na madrugada de ontem, no final do Eurogrupo, que o cancelamento dos custos operacionais em dez pontos base do Fundo de resgate (o FEEF) terá de ser horizontal para todos, porque se trata do "pricing". Já a extensão de maturidades em 15 anos e o adiamento de dez anos do período de carência do crédito implicam uma renegociação do empréstimo e só serão revistos se o país assim o solicitar.

Para já, Vítor Gaspar é ambíguo a este respeito. Ontem no Parlamento disse que "Portugal e a Irlanda serão - de acordo com o princípio de igualdade de tratamento" - "beneficiados pelas condições abertas no quadro do FEEF", ou seja, estas três possíveis vantagens. O impacto orçamental desta medida só será conhecido no próximo mês, segundo o Ministério das Finanças, depois do próximo Eurogrupo. ■ com M.M.O.



O primeiro-ministro irlandês, Enda Kenny, disse ontem que a Irlanda está à procura de condições diferentes das obtidas por Atenas.

O erro capital deste Governo foi ter insistido em cortar com firmeza no músculo e mostrar tibieza em reduzir as gorduras.